



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

RELATÓRIO

VOLUME II

TEXTOS TEMÁTICOS

dezembro / 2014

© 2014 – Comissão Nacional da Verdade (CNV)

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

José Carlos Dias
José Paulo Cavalcanti Filho
Maria Rita Kehl
Paulo Sérgio Pinheiro
Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari
Rosa Maria Cardoso da Cunha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Comissão Nacional da Verdade

B823r

Brasil. Comissão Nacional da Verdade.

Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014.
416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2)

ISBN 978-85-85142-56-8 (Coleção)

ISBN 978-85-85142-58-2 (v. 2)

1. Ditadura militar - Brasil. 2. Violação de direitos humanos. 3. Relatório final. I. Título.

CDD 323.81044

psicológica e constrangimento sexual da parte do capitão Guimarães e do capitão Ailton. Foi enviada para o Presídio Talavera Bruce, onde ficou até 1974, quando foi solta.

Caso de grande repercussão foi o da prisão e tortura do pentecostal Manoel da Conceição, membro da Assembleia de Deus, líder camponês do Maranhão, integrou a Ação Popular (AP)⁷⁸. Em 13 de julho de 1968, durante uma reunião na sub-sede do sindicato, em Anajá, região de Pindaré-Mirim, policiais chegaram atirando. Conceição foi ferido na perna direita e novamente preso. Depois de seis dias na prisão, sem tratamento médico, parte da perna gangrenou e teve que ser amputada. Na época, o governador do Maranhão pela UDN José Sarney lhe ofereceu vantagens materiais para que silenciase, mas Conceição se recusou e respondeu ao político com uma frase que ficou famosa: “Minha perna é minha classe”. Para reiniciar a caminhada, Manoel Conceição contou com o apoio dos camponeses e dos seus companheiros da AP, que angariaram recursos que garantiram o tratamento da perna e a colocação de uma prótese mecânica em São Paulo, o que tornou possível que retornasse a Pindaré. No início da década de 1970, o governo militar intensificou a repressão contra os trabalhadores na região de Pindaré-Mirim, centenas de pessoas foram presas, e no dia 2 de janeiro de 1972 Manoel Conceição foi novamente preso, em Trufilândia, região de Pindaré e levado para o DEOPS de São Luís (MA).

Em 24 de fevereiro, foi sequestrado por agentes do DOI-CODI e movido para o Rio de Janeiro. Foi entregue ao Comando do I Exército e levado para o quartel da PE no bairro da Tijuca. Logo que chegou à “antessala do inferno”, nome que os próprios agentes davam ao lugar, a perna mecânica foi arrancada e, nu, foi colocado na “geladeira”, a solitária, onde era tratado literalmente a pão e água, entre sessões de interrogatório e torturas. Depois de ser levado a hospital para ser medicado com antibióticos e tomar banho de gelo para espalhar o sangue coagulado no corpo, Conceição foi conduzido de volta ao quartel da PE, onde as torturas continuavam com a mesma brutalidade e prosseguiram no Centro de Informações da Marinha (Cenimar), onde o “Dr. Cláudio” (codinome usado pelo inspetor Solemar de Moura Carneiro, especialista em interrogar militantes da AP) comandava as atrocidades.

Além das torturas convencionais com choque elétrico, pau de arara e espancamento, Conceição relata: “Levantaram meus braços com cordas amarradas ao teto, colocaram meu pênis e os testículos em cima da mesa e com uma sovela fina de agulhas de costurar pano deram mais de trinta furadas. Depois bateram um prego no meu pênis e o deixaram durante horas pregado na mesa”. Após sete meses de tortura, incomunicável e desaparecido, o agricultor teve os cabelos e barbas cortadas e foi levado para Fortaleza e deixado numa cela do quartel do Exército 5º BIS, durante 15 dias, até ser apresentado à Auditoria Militar, em setembro de 1972.

Em maio de 1975, Conceição foi julgado na Auditoria Militar, em Fortaleza, e condenado a três anos de prisão. Depois de libertado, Manoel foi acolhido pelo arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, então presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que providenciou sua viagem para São Paulo, onde o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e o pastor presbiteriano Jaime Wright o internaram no Hospital Santa Catarina.⁷⁹ Devido à tortura, o agricultor urinava através de sonda e ficou impotente por anos. Depois de um mês de tratamento no hospital, ele foi para a casa do padre Domingos Barbé, em Osasco. Na manhã de 28 de outubro de 1975, a casa foi invadida por policiais, que levaram Manoel para o DEOPS paulista, onde o jogaram numa fossa cúbica, não muito longe da sala de torturas, de onde escutava os gritos de outros presos e também ouvia nos pesadelos o eco dos seus próprios gritos. Além do espancamento e choques elétricos, Conceição era ameaçado por policiais do DOI-CODI, que avisavam: “Sua prisão não tem nada a ver com a Justiça, que foi incapaz de julgá-lo. O problema é nosso”.

As torturas só foram interrompidas quando Conceição recebeu a visita do advogado Mário Carvalho de Jesus, da Frente Nacional do Trabalho. Na ocasião, o Papa Paulo VI enviou um telegrama ao general Ernesto Geisel, pedindo por sua vida e exigindo libertação. Em 11 de dezembro de 1975, Manoel foi finalmente solto e ficou sob a proteção da Anistia Internacional, que providenciou seu exílio em Genebra, na Suíça, para onde partiu em março de 1976.

4. MORTES E DESAPARECIMENTOS FORÇADOS DE AGENTES DE PASTORAL, LEIGOS E CLÉRIGOS

São sete os protestantes contados entre os mortos ou desaparecidos por conta das ações dos órgãos de repressão do regime militar. Os nomes apresentados a seguir foram identificados por meio de pesquisa no *Acervo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*⁸⁰ e nos registros da *Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos – Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*.⁸¹ Sobre os irmãos Daniel, Devanir e Joel José de Carvalho, foram ainda consultados o *Acervo do Centro de Memória Sindical*⁸² e o *Acervo do Núcleo de Preservação da Memória Política*.⁸³ Vários deles foram perseguidos duplamente: pelo regime e por suas igrejas.

Juarez Guimarães de Brito. Nascido em Belo Horizonte, foi morto aos 32 anos. Era membro da Igreja Presbiteriana. Passou parte da infância no Maranhão, onde seu pai, engenheiro, foi Secretário de Agricultura. Na capital mineira, estudou no Colégio Batista e se formou, em 1962, nos cursos de Sociologia e Política e Administração Pública na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi integrante da Juventude Trabalhista do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e atuou nos sindicatos de trabalhadores, assessorando e organizando cursos de história e oratória. Participou de várias mobilizações da época, como a greve dos mineiros de Nova Lima, contra a Hanna Corporation, e dos trabalhadores da Liga Camponesa de Três Marias.

Em 1963, foi trabalhar em Goiás, como assessor e professor da Universidade Federal. Em 1964, mudou-se para Recife, onde exerceu funções na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Era casado com Maria do Carmo Brito, também militante de esquerda.

Após a deposição do presidente João Goulart, Juarez foi preso e ficou cinco meses detido. Ao ser libertado, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde continuou a trabalhar como sociólogo e pesquisador. Liderou o grupo dissidente da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) que, em julho de 1968, constituiu o Comando de Libertação Nacional (Colina), responsável por inúmeras ações armadas, em Belo Horizonte e no Rio. Após a fusão entre Colina e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que deu origem à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Juarez foi um dos dirigentes da nova organização, acompanhado da esposa. Comandou a maior operação armada para obtenção de recursos financeiros ocorrida em todo o ciclo da guerrilha urbana: o roubo do cofre de uma amante do ex-governador paulista Adhemar de Barros, contendo 2,8 milhões de dólares.

Juarez Guimarães de Brito recorreu ao suicídio para não ser preso quando foi vítima de emboscada no Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1970. Juarez estava acompanhado da esposa, Maria do Carmo, para um encontro com um militante na Lagoa Rodrigues de Freitas, no Rio de Janeiro. Chegando à área, na esquina das ruas General Tasso Fragozo com Jardim Botânico, o carro em que estava foi fechado por um Volkswagen grená. Juarez seguiu dirigindo o veículo enquanto Maria do Carmo manejava uma pequena pistola. Os ocupantes do Volkswagen saíram do carro atirando contra os dois militantes. Quando se percebeu completamente cercado, Juarez, já baleado no braço e no abdômen, tirou a arma da mão de Maria do Carmo e desferiu um tiro contra o próprio ouvido direito, cumprindo um pacto que tinha firmado com ela, de não serem presos vivos. Maria do Carmo, porém, foi presa.⁸⁴